

## “SÓ A CIRURGIA PLÁSTICA PODE ‘CONsertar’ O SEU NARIZ”: RACISMO E EUGENIA NA COLUNA ELEGÂNCIA E BELEZA DE *O CRUZEIRO* NA DÉCADA DE 1940

“Only plastic surgery can ‘fix’ your nose”: racism and eugenics in the column Elegância e Beleza of *O Cruzeiro* in the 1940s

“Solo la cirugía plástica puede ‘arreglar’ tu nariz”: racismo y eugenesia en la columna *Elegância e Beleza*, de *O Cruzeiro*, en los años 1940

JULIO CESAR SANCHES<sup>1\*</sup>  
IGOR SACRAMENTO<sup>11\*\*</sup>

<http://doi.org/10.1590/S2178-149420230106>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

\*Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e pesquisador do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (Nechs), grupo de pesquisa vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (LACES-Icict-Fiocruz) (sanches.julius@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0001-8707-4966>

<sup>11</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil; Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

\*\*Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); coordenador e professor do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS-Fiocruz) e professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM-UFRJ); coordenador do Núcleo de Estudos em Comunicação, História e Saúde (Nechs), grupo de pesquisa vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Laces-Icict-Fiocruz); e bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq (igorsacramento@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0003-1509-4778>

Artigo recebido em 23 de agosto de 2022 e aprovado para publicação em 17 de novembro de 2022.

## RESUMO

O texto produz uma arqueologia do fenômeno das cirurgias plásticas a partir das recomendações de beleza na coluna *Elegância e Beleza*, da revista *O Cruzeiro*, na década de 1940. Levando em consideração os vestígios deixados no periódico, identificamos a existência do discurso de aprimoramento racial defendido pelo movimento eugenista brasileiro. Apontamos as formas de propagação da ideologia de dominação racial branca nos enunciados de beleza, destacando o caráter sutil das propostas de ocultamento das fisionomias negras e indígenas no início do século XX. Acreditamos que *Elegância e Beleza* incentivou a adoção de ideais estéticos compatíveis com a biopolítica do racismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cirurgia Plástica, Beleza, Racismo, Biopolítica, *O Cruzeiro*.

## ABSTRACT

The text produces an archaeology of the phenomenon of plastic surgery based on the recommendations of beauty in the column *Elegância e Beleza*, from the magazine *O Cruzeiro*, in the 1940s. Considering the traces left in the periodical, we identify the existence of the discourse of racial improvement advocated by the Brazilian eugenics movement. We point out the ways in which the ideology of white racial domination was propagated in the enunciations of beauty, highlighting the subtle character of the proposals to conceal black and indigenous physiognomies in the early 20<sup>th</sup> century. We believe that *Elegância e Beleza* encouraged the adoption of aesthetic ideals compatible with the biopolitics of racism.

**KEYWORDS:** Plastic Surgery, Beauty, Racism, Biopolitics, *O Cruzeiro*.

## RESUMEN

Este texto realiza una arqueología del fenómeno de la cirugía plástica a partir de las recomendaciones de belleza en la columna *Elegância e Beleza*, de la revista *O Cruzeiro*, publicada en la década de 1940. Teniendo en cuenta las huellas presentes en la publicación en análisis, identificamos un discurso de mejora racial propugnado por el movimiento eugenésico brasileño. Señalamos las formas de propagación de la ideología de la dominación racial blanca en los enunciados de belleza, sobre todo el carácter sutil de las propuestas para ocultar las fisonomías negra e indígena a principios del siglo XX. *Elegância e Beleza* puede haber promovido la adopción de ideales estéticos compatibles con la biopolítica del racismo.

**PALABRAS CLAVE:** Cirugía Plástica, Belleza, Racismo, Biopolítica, *O Cruzeiro*.

## INTRODUÇÃO: O CAMPO DA HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO

A História da Comunicação é uma área que investiga os processos comunicacionais e as materialidades e tecnologias que constituem o arranjo da presença das mídias na sociedade, analisando ainda as interferências e transformações dos meios de comunicação na narrativa humana do tempo. Como escopo analítico, a História da Comunicação destaca os modos de produção de sentido, os enunciados e linguagens adotados, assim como as estéticas e políticas desenvolvidas no interior dos meios e dos procedimentos comunicacionais modernos. Além disso, como ressaltam Ana Paula Goulart Ribeiro e Micael Herschmann:

[...] a História da Comunicação englobaria, além das mudanças dos meios de comunicação propriamente ditas, uma gama de outras possibilidades – estudos das transformações orais, da moda, da arquitetura etc. – e, nesse caso, quase se confundiria com uma História da Cultura (Ribeiro e Herschmann, 2008: 16).

Afinal, neste caso, a história da comunicação está presumida numa abordagem que não se refere exclusivamente aos objetos e suportes midiáticos (história da imprensa, história do cinema, história da televisão, história do rádio, história da internet) ou das práticas profissionais (história do jornalismo, história da produção editorial, história da publicidade, história do radialismo), mas aos processos nos quais os homens e as mulheres do passado realizam sua humanidade de maneira múltipla a partir dos contatos e das implicações com o mundo midiático (Barbosa, 2019).

A ampla rede de atuações da História da Comunicação revela que esse campo é multifacetado e interdisciplinar, com propostas metodológicas que criam interferências em outras disciplinas, como a Filosofia, Antropologia e Sociologia, por exemplo. O caráter interdisciplinar da História da Comunicação nos permite construir experimentos metodológicos que prezam pelo descentramento da concepção de História como uma grande narrativa marcada pela continuidade dos processos sociais. Isto é, rompe-se com a lógica de uma perspectiva histórica linear e causal. Nesse sentido, uma abordagem interdisciplinar torna-se mais que necessária para fundamentar as análises da História da Comunicação, como defendem Ribeiro e Herschmann (2008: 23) ao concluir que “não é possível que se continue apostando em que algum campo disciplinar sozinho e de forma autônoma possa dar conta do conhecimento sobre a História da Comunicação”.

Os aportes teóricos e epistemológicos que permeiam este artigo fazem parte de uma corrente analítica influenciada pelo pensamento de Michel Foucault (2008), a partir da matriz

arqueológica que compreende a História numa abordagem dispersa e descontínua. A concepção foucaultiana de arqueologia implica na adoção de um método capaz de analisar os processos históricos por meio de rastros e vestígios deixados em distintas materialidades midiáticas. Como enfatiza Foucault (2008: 157), "a arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras". Assim sendo, a arqueologia trabalha com uma profusão de materiais de caráter descontínuo, implicando na compreensão da dispersão dos discursos, representações e práticas sociais, possibilitando a construção de um *corpus* analítico heterogêneo, como no caso deste trabalho.

A respeito da variedade de materiais que podem constituir um *corpus*, Patrick Charaudeau explica que os procedimentos de constituição de materiais de análise são sempre marcados por escolhas e construções do analista. Segundo Charaudeau, "é por isso que um corpus não passa de um pretexto, no sentido de que ele é um ponto de partida indispensável para uma análise do discurso, devendo os textos ser confrontados permanentemente com outros textos e outros corpora" (2011: 15). Isto é, como preconizou a perspectiva foucaultiana, a faceta dispersa de um corpus não atribui um problema para a análise, mas uma abertura heurística no âmbito científico.

No caso específico deste artigo, temos como objeto a produção discursiva da imprensa brasileira no contexto da emergência da cirurgia plástica como prática recorrente no Brasil da década de 1940. Tomamos como fonte de investigação *O Cruzeiro* que, durante a primeira metade do século XX, era a principal revista ilustrada. A revista, como observa Leoní Serpa (2006), enaltece por meio de suas reportagens e propagandas valores considerados modernos e por meio deles faziam circular uma imagem de mulher obstinada pela novidade e pela mudança no que se refere à beleza, comportamento e modo. A revista, no entanto, também abordou outros temas: da política nacional à vida nas metrópoles. Para este estudo, enfatizamos o endereçamento ao feminino, sabendo tal qual Foucault que:

todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um "jamais-dito", um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro (Foucault, 2010: 30).

O que nos interessa, aqui, não é a análise discursiva dos enunciados que se fecham sobre si mesmos, em formalismos linguísticos, mas, ao contrário, que está em relação com outros enunciados. Afinal, "a descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra

questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (Foucault, 2010: 33).

Então, é partindo desse entendimento que interrogamos o passado. Essa inquietação não parte de um anacronismo, impondo ao passado valores, pensamentos e práticas culturais do presente e pressupondo a história como linear, única e progressiva. Pelo contrário, a compreensão do passado na sua diferença e alteridade com o presente permite desnaturalizar formas de existir e agir. Por outro lado, escrevemos história sempre num presente. É uma condição implacável e em si mesma anacrônica. De acordo com Carlo Ginzburg (2012), historiadores partem de perguntas usando termos que são inevitavelmente anacrônicos. O processo de pesquisa modifica as questões iniciais a partir de novas evidências, recuperando respostas articuladas na linguagem dos atores do passado e relacionadas a categorias próprias de sua sociedade, totalmente diferente da nossa. Assim, o historiador deveria escolher entre repercutir acriticamente o vocabulário das fontes ou investigá-las por meio de palavras estranhas a elas. Afinal, enquanto palavras podem ser as mesmas, seus significados mudam com o tempo e o espaço.

Por isso, trabalhamos uma história cuja ideia de cadeia de acontecimentos causais é substituída pela de ruínas, cacos dispersos, fragmentos, vestígios, na terminologia de Paul Ricœur (1997), nos quais o pesquisador também se encontra imerso, como herdeiro de um passado sempre inconcluso e aberto a interpretações e análises de um presente se coloca aos restos que chegam do passado. O passado nunca é totalmente um outro tempo; é concomitantemente também o nosso tempo, e é “nessa condição que devemos ver o outro (que se situa em relação à nossa posição temporal no passado)” (Barbosa, 2021: 03). Assim, não deve haver interdito para as atividades dos homens e das mulheres do passado, possibilitando a abertura para o incompreensível, o indizível, os dissensos, fazendo das pessoas do passado não gente inferior a nós apenas por ser de outra época, mas que pode pensar, agir e sentir como nós, diferente de nós, motivados por cosmologias que não nos são próprias, mas existiram e foram possíveis. Fazer uma história, dessa forma, é tentar entrar naquele mundo estranho que sempre é o passado; é, portanto, estabelecer uma “conversa com os mortos” (Darnton, 1986).

Diante dessa breve introdução, tomaremos a arqueologia foucaultiana como método de análise dos discursos sobre as cirurgias plásticas de caráter estético na imprensa brasileira da primeira metade do século XX, mapeando as expressões desse fenômeno na construção de uma imagem branqueada da população brasileira. Serão analisados os discursos sobre os procedimentos cirúrgicos e intervenções corporais com o intuito de compreender como os ideais de beleza foram interceptados pelos valores racistas do movimento eugenista, sobretudo

os que influenciaram no processo de branqueamento do fenótipo da mulher brasileira na imprensa daquele período.

Acreditamos que a produção de discursos da imprensa sobre as cirurgias plásticas de caráter estético na primeira metade do século XX envolvia também as preocupações das elites brasileiras em torno da raça, implicando na popularização de narrativas de alterações corporais incentivadas por cientistas e intelectuais eugenistas. Assim, associadas à perspectiva do cuidado com a saúde e a beleza, as histórias sobre as cirurgias plásticas estéticas ganhavam as páginas das revistas novecentistas brasileiras como fórmulas de alinhamento das expressões faciais que eram compreendidas como desproporcionais, enfeadoras e inestéticas, corrigindo as formas físicas em nome de uma imagem eugênica da mulher brasileira.

## EUGENIA E RAÇA NO BRASIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX

A história da eugenia no Brasil marca um processo singular na compreensão das relações étnico-raciais no país. Mesmo antes do surgimento da primeira sociedade eugênica brasileira, em 1918, na cidade de São Paulo, os debates sobre os problemas sociais da nação eram recortados pelas preocupações que giravam em torno da formação racial do povo brasileiro. As elites econômicas, políticas e intelectuais, do início do século XX desejavam desenvolver estratégias de regeneração nacional associadas ao projeto de uma identidade cultural civilizada, semelhante à imagem que os países europeus gozavam naquele período. Essa compreensão da Europa culturalmente desenvolvida contrastava com a realidade multirracial do Brasil, implicando na adoção de políticas públicas e atuações sociais que visavam impedir o aumento das populações negras, indígenas e pobres, compreendidas nessa ótica como responsáveis pelo subdesenvolvimento da nação.

Nancy Leys Stepan (2004) destaca que o surgimento do discurso e das práticas eugenistas no Brasil foi configurado por condições sociais, econômicas e políticas que identificavam na formação racial do país o problema central do subdesenvolvimento. A história multirracial do Brasil era compreendida como um entrave para a formação de uma civilização avançada, justificando a necessidade de interpretações científicas e intelectuais que tinham como objetivo autorizar políticas estatais e atuações sociais de restrição do desenvolvimento das populações compreendidas como inferiores. Nesse contexto, a eugenia ganhava espaço na sociedade brasileira, sendo responsável por constituir os discursos e as práticas de controle dos "problemas raciais" da nação. Como define Stepan:

[...] O surgimento da eugenia brasileira foi condicionado pela situação racial do país, nação racialmente híbrida, resultado da fusão de indígenas, africanos e povos europeus. Desde a transferência da Coroa portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808, raça e relações raciais eram aspectos centrais da realidade social e dos debates ideológicos sobre a 'capacidade' brasileira e o destino nacional. E, particularmente a partir da abolição em 1888 e da proclamação da Primeira República no ano seguinte, a ciência emergira como ferramenta de autoridade cada vez maior para interpretações sociais e – especialmente – raciais (Stepan, 2004: 338).

O movimento eugenista que se estabeleceu no Brasil exercia o papel de articulação dos interesses das diferentes elites que comandavam o país, pulverizando o discurso científico nos âmbitos político, econômico e social, desenvolvendo uma ideologia racial de dominação dos brancos sobre negros e indígenas. Graças à capilaridade dos enunciados eugenistas, as políticas públicas de saúde, moradia, emprego e renda passaram a ser pensadas como fórmulas de controle dos problemas sociais da nação. Abdias Nascimento explica que, nas primeiras décadas do século XX, o Estado brasileiro desenvolveu formas de promover o desenvolvimento nacional impulsionando a imigração estrangeira no país, decidindo incentivar o acolhimento de trabalhadores brancos de diferentes partes da Europa, por meio de políticas que visavam extirpar o crescimento da população negra na sociedade.

As leis migratórias das décadas de 1920 e 1930 tinham o objetivo de formalizar "a erradicação da 'mancha negra' na população brasileira" (Nascimento, 2016: 86). Dessa forma, a ideologia racial dominante acreditava que, com o aumento de pessoas brancas em solo nacional, o Brasil se tornaria um país apto ao desenvolvimento por reduzir a presença daqueles que atrapalhavam a modernização da sociedade. A tese central de Abdias Nascimento fala sobre como a ideologia racial dominante no período pós-abolição influenciou no desenvolvimento do processo de imigração europeia para o Brasil, possibilitando o surgimento de estratégias de regeneração social baseadas no aprimoramento racial da população. Assim, consagrou-se uma verdadeira política de genocídio do negro brasileiro, principalmente porque "o que se fazia essencial e indispensável era a necessidade de embranquecer o povo brasileiro por dentro e por fora" (Nascimento, 2016: 88).

Como explica Vera Marques (1994), nesse momento, a construção do sentimento de nação brasileira estava atrelada tanto à necessidade de sanear os hábitos quanto de alterar a tonalidade heterogênea dos brasileiros. As formulações eugênicas não eram privilégio dos médicos, envolvendo também juristas, educadores, sociólogos, entre outros, que as utilizavam como técnica de poder, no dizer da autora, para introduzir, no cotidiano da sociedade, "controles reguladores que se constituíram em verdadeiros agenciadores do sexo, a definir a constituição

das famílias; enfim, os meios de existir, para atingir o progresso biológico e então desfrutar do progresso social" (Marques, 1994: 20). O movimento eugenista brasileiro busca a "arianização da raça" como base para a construção de um Brasil moderno (Marques, 1994: 88).

O racismo interno, como Foucault (1999) descreve, é uma forma autorreferencial de racismo que se preocupa com a composição, a reprodução e o desenvolvimento da população isolando e excluindo o anormal. A noção de racismo interno refere-se à eugenia, bem como a um padrão mais geral de imaginação segundo o qual a população deve ser defendida contra várias formas de degeneração. O resultado é o estabelecimento de uma ordem social estratificada baseada em processos de racialização, seguindo uma lógica de exclusão e de estereotipagem (Taguieff, 1987).

A noção de racismo interno é expandida para "uma guerra interna que defende a sociedade contra ameaças nascidas de e em seu próprio corpo" (Foucault, 2003: 216). Esse discurso de uma guerra social interna é caracterizado pela noção de que há sempre uma guerra em curso sob uma situação de paz. O discurso de guerra se manifestou no final do século XIX e está particularmente associado a três fenômenos: o pensamento biológico racial em sentido estrito, o racismo colonial no final do século XIX e várias formas de nacionalismo étnico. Todos os três, segundo Foucault (2003), postulam um conflito fundamental entre a sociedade e seu exterior. O fora, no entanto, não está fora da fronteira do Estado, mas sim posado ou construído como um fora dentro da sociedade.

Abdias Nascimento, por sua vez, identificou que o projeto de genocídio da população negra desenvolvido pelo Estado brasileiro foi influenciado por discursos científicos e intelectuais da época, sendo reiterado por valores morais da supremacia branca que perpetuavam a ideologia eugenista. O autor destacou ainda que "teorias científicas forneceram suporte vital ao racismo arianista que se propunha erradicar o negro" (Nascimento, 2016: 85). Dessa forma, o genocídio negro era articulado por enunciados e práticas eugenistas promovidas nos mais distintos campos de atuação científica e social, como no caso da medicina, biologia e de outros saberes que se apoiavam na concepção de fortalecimento da raça branca como fórmula de desenvolvimento cultural e social. Conseqüentemente, a dominação da população negra e indígena pela ideologia eugenista ganhou diferentes dimensões de atuação no tecido social.

Apesar do movimento eugenista fazer parte do cenário brasileiro nas décadas do início do século XX, o darwinismo social que surgiu no século XIX ainda era pujante naquele período e influenciou a compreensão eugenista de que os genes demarcavam quais eram as raças privilegiadas e quais eram responsáveis pelas mazelas e degeneração social (Stepan, 2004). Existia, de algum modo, um terreno fértil para a expansão das práticas eugenistas no

país e essa conjuntura permitia a circulação das teses racistas que pregavam o processo de branqueamento da população brasileira.

O contexto social e científico daquela época apontava que o interesse do movimento eugenista brasileiro na aparência estava atrelado a toda dimensão racial que sustentava a ideologia de dominação das populações negras e indígenas. Nesse sentido, o debate sobre eugenia no Brasil da primeira metade do século XX tinha como objetivo construir uma imagem polida, civilizada e racialmente controlada da população. Como destaca Stepan, “a eugenia foi profundamente estruturada pela composição racial e pelas preocupações raciais do país. Em sentido bem fundamental, a eugenia referia-se à raça e ao aprimoramento racial, não à classe” (Stepan, 2004: 335).

Maria Bernardete Flores (2000) destaca que o ímpeto eugenista por branqueamento percorria as diferentes dimensões da vida social brasileira e caracterizava-se por uma ampla presença na preocupação com o corpo e a aparência da população. Assim, as práticas de controle e regulação das condutas corporais foram sendo articuladas a partir do paradigma do cuidado com a higiene e a beleza, que passaram a ser compreendidas como mecanismos de refinamento das aparências e dos hábitos que valorizavam a ideologia racial do período.

O desejo de branqueamento, que percorria o ambiente intelectual da época, apontava para a compreensão de que a parte visível da etnia brasileira deveria ser construída e expressa na postura civilizada do corpo. Uma conduta moderada em relação à sexualidade, uma boa aparência estética do corpo, hábitos de higiene, aspirações de acesso social, educação, trabalho, dariam o índice classificador de homens e mulheres para uma taxionomia étnica brasileira (Flores, 2000: 90-91).

O processo de branqueamento da população brasileira encontrava no controle da aparência o mecanismo ideal para a construção de imagens e representações compatíveis com os valores eugenistas do início do século XX. Assim, a denominação racial no Brasil poderia ser alterada por meio de práticas de embelezamento que tinham como objetivo alterar as morfologias negras e indígenas para consolidar os valores estéticos europeus consagrados pela eugenia. É nesse contexto que surgem produtos e técnicas destinadas ao processo de branqueamento da pele, tornando possível a visualização de modificações corporais baseadas no ocultamento dos traços raciais negros ou indígenas (Sant’Anna, 2005).

Os discursos eugenistas não estavam presentes apenas no meio acadêmico ou científico. Existia também um processo de circulação dos valores morais de dominação branca em publicações da imprensa daquele período, possibilitando maior propagação da ideologia de dominação racial. Alberto Guerreiro Ramos considera que o regime de dominação racial no

pós-abolição é um dos efeitos da herança colonial, reiterando que "a afirmação dogmática da excelência da branca ou a degradação estética da côr negra era um dos suportes psicológicos da espoliação" (Ramos, 1995: 220). Desse modo, jornais, revistas e outros periódicos do início do século XX publicaram matérias, notas, entrevistas e publicidades sobre as estratégias de controle das aparências e condutas corporais que tinham na raça o objeto de aprimoramento, sendo esse um dos mecanismos de manutenção do racismo no Brasil.

O contexto histórico de produção dos discursos e representações eugenistas no Brasil do início do século XX aponta para o complexo cenário de repúdio em relação à negros e indígenas, cujo processo de dominação racial branca e, conseqüentemente, genocídio negro no país foi sendo articulado não apenas de modo calculado e sistematizado, mas de modo disperso, como descreve Abdias Nascimento (2016: 92) ao perceber a existência "[d]o ideal de embranquecimento infundido de forma sutil à população afro-brasileira". Nesse sentido, acreditamos que os rastros deixados na imprensa daquela época nos servem como peças de um quebra-cabeça capaz de rastrear algumas expressões das relações de poder, no que diz respeito ao tema da raça e do racismo no Brasil.

## A BELEZA EUGÊNICA EM ELEGÂNCIA E BELEZA (1940)

A revista semanal ilustrada *O Cruzeiro*, lançada em 10 de novembro de 1928, fazia parte do grupo de órgãos de imprensa do jornalista e empresário Assis Chateaubriand, denominado posteriormente como grupo Diário Associados. Era um periódico que publicava informações dos mais variados temas, como descreve o verbete "*O Cruzeiro*" no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas:

Como uma revista de variedades, suas matérias eram bastante diversificadas, incluindo desde "A evolução da moeda no Brasil", esporte, moda, contos, poemas, cinema, até o colonismo social ("R. Societ"), charges e caricaturas, acontecimentos e fatos da semana, passando ainda por história, crônicas, concursos de fotografia e cobertura internacional ("Pelas cinco partes do mundo") (*O Cruzeiro*, 2022).

A revista *O Cruzeiro* dedicava-se a diferentes temáticas, possibilitando a incorporação de variados interesses dedicados ao público leitor. Dentre os assuntos que compunham o escopo da publicação, as informações sobre beleza e saúde eram alocadas em notícias, matérias e colunas assinadas por jornalistas e colaboradores, como no caso de *Elegância e Beleza*, produzida pela jornalista Elza Marzullo. O sucesso da revista era estrondoso e colocava a publicação

como um dos maiores veículos de comunicação da época, chegando a ter a impressão semanal de duzentos mil exemplares durante a década de 1940 (O Cruzeiro, 2022). Assim, *O Cruzeiro* consolidava-se como um importante meio de propagação de discursos e práticas sociais, sendo um dos meios de divulgação dos valores morais vigentes naquele período.

Jaqueline Moraes de Almeida explica que o surgimento da coluna Elegância e Beleza, na revista *O Cruzeiro*, estava ligado ao sucesso da participação de Elza Marzullo na Rádio Tupi, em 1939, em que aparecia dando dicas de beleza e comportamento feminino. Assim, a expansão da coluna de moda e beleza para a revista deu destaque ao trabalho de Elza Marzullo e construiu a longevidade da coluna no periódico semanal a partir de 1940.

A nova coluna de Elza era um segmento radiofônico, não apenas porque se originou de um programa de rádio, mas porque cultivou um repertório com linguagem coloquial, em que a proximidade com os espectadores – ou melhor, as espectadoras – era importante ou mesmo essencial para o seu sucesso. Esse formato funcionou tanto que a coluna permaneceu fixa na revista por, aproximadamente, vinte anos (Almeida, 2015: 100-101).

É a partir da década de 1940 que as recomendações de embelezamento feminino descritas por Elza Marzullo em Elegância e Beleza invocam procedimentos de cuidado com o corpo e aparência numa perspectiva eugênica, promovendo uma imagem feminina compatível com os valores morais das elites daquele período. Como veremos a seguir, os discursos sobre os processos de embelezamento demonstravam a existência de conflitos raciais na sociedade brasileira, apontando para a necessidade de alteração, controle e ocultação das marcas e fisionomias que revelassem as características africanas ou indígenas da população.

Na edição de 24 de maio de 1941, a carta de uma leitora com o pseudônimo “Moreninha feiosa”, da cidade do Rio de Janeiro, perguntava: “O que devo fazer para reduzir o tamanho do meu nariz?”. A colunista Elza Marzullo respondeu de modo enfático: “Só a cirurgia plástica poderá modificar o seu nariz. O ‘maquillage’ é bem aplicado”.<sup>1</sup> Em 18 de março de 1944, uma leitora carioca com o pseudônimo “Cleópatra Moderna” falava sobre “...um grande defeito...” e a jornalista respondeu: “Só a cirurgia plástica pode “consertar” o seu nariz. Infelizmente não temos, além desse, outro conselho para você”.<sup>2</sup> A leitora “Desgostosa”, de Petrópolis/RJ, na edição de 8 de fevereiro de 1947, buscava ajuda perguntando: “...sobre o meu nariz...”, e Elza Marzullo indicava a mesma prática cirúrgica: “Apesar de toda nossa boa vontade e do interesse que sua aflição despertou em nós, não queremos iludi-la: seu caso só tem remédio na cirurgia plástica”.<sup>3</sup>

Os enunciados extraídos da coluna Elegância e Beleza revelam que a preocupação com a imagem corporal feminina, na década de 1940, tinha no rosto o desejo de apagamento das fisionomias com características de pessoas negras ou indígenas, compreendidas naquele contexto como marcas indesejáveis e enfeadoras. Um dos pseudônimos usados pelas leitoras definia que o desejo de embelezamento tinha ressonância recusa à herança racial apresentada no tamanho do nariz, afirmando torná-la uma "Moreninha feiosa". Isto é, por não ser branca, a leitora apelava para o lugar de mestiça com o intuito de destacar a angústia com o formato do nariz, caracterizando-o como elemento racial indesejável, que precisa ser corrigido e aprimorado, embranquecido.

O uso do termo "Moreninha", nesse sentido, é fundamental para a compreensão de que o nariz a ser modificado é de uma pessoa com ancestralidade negra, sendo necessário saber quais seriam as possibilidades de alteração das marcas corporais repudiadas. O mesmo ocorre com a leitora "Cleópatra Moderna", ao definir o nariz como "um grande defeito" e com outra que se intitula "Desgostosa" com a condição de possuir um nariz avantajado. E, nos três casos, a recomendação dada por Elza Marzullo está na adoção da cirurgia plástica como estratégia de correção dos defeitos fisionômicos que resultam da formação racial das leitoras.

O incentivo às cirurgias plásticas em Elegância e Beleza correspondia à lógica de que os procedimentos cirúrgicos eram como fórmulas que deveriam ser usadas para ocultar as heranças raciais deixadas nos corpos. Entendia-se que narizes, orelhas e bocas grandes eram sinais de desarmonia, brutalidade e assimetria, conceitos que fundamentam as noções de feiura feminina da época. Essas interpretações tinham eco na perspectiva eugenista que vigorou no Brasil nas primeiras décadas do século XX, quando médicos eugenistas como Renato Kehl definiam que o aprimoramento racial estava presente na adoção de práticas de embelezamento e pela busca por condições corporais harmônicas e belas. Nas palavras de Renato Kehl:

A Eugénia pretende certa regularidade nos traços physiomicos, uma justa proporção nas partes constitutivas do corpo, vivacidade de espírito, movimentos graciosos no andar e nos gestos, além de saúde, força e vigor, para classificar um indivíduo no rol dos *typos* eugenicamente bellos (Kehl, 1923: 26-27).

A beleza eugênica proposta por Renato Kehl reverberou em diferentes espaços de produção discursiva, encontrando nas colunas de beleza da imprensa, tal como em Elegância e Beleza, um espaço de circulação dos valores centrados no branqueamento da população brasileira. Além disso, a interceptação do discurso eugenista de Renato Kehl passava também pela compreensão de que determinadas práticas do campo médico deveriam ser usadas como

estratégias necessárias para alcançar o ideal de aprimoramento do corpo e da beleza. Assim, a cirurgia plástica se consolidou no território nacional como uma prática apta à perpetuação dos empreendimentos racistas do movimento eugenista brasileiro.

Álvaro Esteban Jarrin (2011) classificou o processo de inserção das cirurgias plásticas no meio social brasileiro da década de 1940 como um instrumento que reiterou a ideologia racial de dominação branca instituída pela eugenia. Para o autor, a cirurgia plástica era “o candidato ideal para assumir este legado eugênico, dada sua preocupação com a aparência física dos corpos humanos como símbolo da saúde individual e coletiva” (Jarrin, 2011: 68). Assim sendo, podemos considerar que as recomendações oferecidas por Elza Marzullo, em *Elegância e Beleza*, funcionavam como procedimentos de incitação e convite ao branqueamento dos traços fenotípicos de mulheres negras ou mestiças, consolidando o ideal de beleza eugênica como modelo a ser seguido.

Nos enunciados veiculados em *Elegância e Beleza*, na década de 1940, há uma conceitualização dada à cirurgia plástica como mecanismo de cura da raça, por meio da correção de “defeitos”, desarmonias e “problemas”, sendo classificada como responsável por corrigir os erros da natureza (biológica) que enfejavam racialmente as mulheres. Nesse sentido, propagava-se a ideia de que a ferramenta médica disponível na cirurgia plástica era adequada para o aprimoramento da imagem corporal feminina, ocultando as características raciais africanas ou indígenas socialmente indesejadas. Assim, compactuava-se com as diretrizes ideológicas do movimento eugenista defendido por Renato Kehl, reafirmando a importância da busca por aprimoramento estético como estratégia de desenvolvimento individual e coletivo.

Essa perspectiva aparece em outros momentos da coluna *Elegância e Beleza*, quando as leitoras questionam sobre as dimensões incômodas com as orelhas. Como no caso de “Bituca”, da cidade do Rio de Janeiro, que diz: “orelhas abertas” e Elza Marzullo responde: “Fale diretamente com um médico especialista em cirurgia plástica, para saber quanto lhe custará o “concerto” das orelhas”.<sup>4</sup> E, de modo similar, no caso de “EDIAH” e “Marta”, leitoras de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente: “...orelhas que chamamos ‘cabanas’...”, Marzullo responde: “Não fiquem tristes: o recurso, apesar de ser um pouco caro, dá resultados surpreendentes. A cirurgia plástica opera milagres em casos como esse de vocês”.<sup>5</sup>

Há um cruzamento discursivo nos enunciados de *Elegância e Beleza*, em que percebe-se a incidência dos ideais de beleza eugênica promovidos por personalidades racistas do período, ao passo que apresentam e celebram ainda as técnicas cirúrgicas como mecanismos de alcance do aprimoramento da imagem racialmente desejada (branca). E, nesse contexto, os discursos eugenistas são utilizados na imprensa revestidos de preocupação com a aparência e a beleza,

ocultando as pressões sociais que existem em torno do debate racial e do projeto de arianização da população brasileira.

Utilizando o discurso da beleza, o movimento eugenista brasileiro conseguiu consolidar imagens do corpo feminino associadas aos paradigmas estéticos europeus, definindo assim as características fisionômicas desejáveis e as formas e expressões indesejáveis. Assim, um determinado conceito de beleza foi sendo forjado pelo movimento eugenista e propagado pela imprensa do início do século XX, incentivando transformações sutis que aprimoraram contornos corporais e estatutos faciais das mulheres brasileiras. É o que assinala Julio Cesar Sanches ao dissecar o preâmbulo da história da cirurgia plástica brasileira na década de 1940:

O conceito de beleza amplamente compartilhado pela população brasileira, assim como os parâmetros de normalidade encampados pela medicina social da época, baseava-se no paradigma eugenista, em que o racismo não estava no extermínio radical dos traços negroides ou mestiços, mas no desejo de alteração das aparências por meio das sutilezas do embranquecimento (Sanches, 2022: 47).

Acreditava-se que a aparência ofertada pelo processo de branqueamento garantia o alcance dos valores estéticos europeus, cujas ideias de harmonia das formas, volumes e expressões definiam a beleza e constituíam proximidade com uma imagem civilizada, pura e cândida, além de perfeita e socialmente desejada. As mulheres eram incentivadas a aderir a todas as estratégias possíveis para sanear as imperfeições raciais e cultivar o modelo de beleza branca amplamente divulgado pela imprensa do início do século XX (Sant'Anna, 2005; Flores, 2000).

As modificações corporais recomendadas por Elza Marzullo faziam parte de uma rede de incentivos ao aprimoramento estético que reforçava os ideais de beleza do movimento eugenista brasileiro. Assim, as mais sutis expressões físicas eram milimetricamente pensadas para compor a imagem representativa da beleza feminina brasileira, cujo sentido final estava na formação de uma sociedade compatível com os valores estéticos da beleza eugênica, como explica Maria Bernardete Ramos Flores (2000: 91), "para a mulher brasileira, a meta era alcançar as regras clássicas da antropometria presentes nas obras de arte grega". Reafirmava-se o desejo pela brancura e o repúdio às taxionomias negras e indígenas (Ramos, 1995).

A ampla discursividade do movimento eugenista no Brasil possuía uma capilaridade na imprensa da década de 1940, colocando as recomendações de embelezamento no meio de outras fórmulas de fortalecimento da raça branca no país. Desse modo, a diversidade de usos dos discursos eugenistas constituía uma rede de enunciações capazes de construir um ambiente cultural marcado pela apologia aos valores estéticos e morais da arianização da

população brasileira, destacando-se como uma das principais estratégias políticas de aculturação e genocídio dos povos não-brancos do país, como denuncia Abdias Nascimento ao declarar que esse fenômeno “só concede aos negros um único ‘privilégio’: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora” (Nascimento, 2016: 111).

As enunciações sobre cirurgias plásticas presentes na coluna Elegância e Beleza fazem parte do arsenal de práticas eugenistas veiculadas pela imprensa brasileira da década de 1940. As recomendações por embelezamento trazem à tona as complexas relações étnico-raciais que se estabeleceram no Brasil pós-abolição da escravatura, e colocam sob relevo a existência de uma sobrevivência do projeto de genocídio da população negra fora dos debates teóricos e acadêmicos do movimento eugenista brasileiro, com amparo na produção e difusão dessa modalidade discursiva na imprensa.

Identificamos a existência de uma apologia à cirurgia plástica como estratégia de sobrevivência do projeto eugenista de aprimoramento da raça branca no Brasil. Desse modo, as recomendações de embelezamento presentes na coluna Elegância e Beleza, assinada pela jornalista Elza Marzullo, atendiam aos ímpetos de branqueamento difundidos pela ideologia de dominação racial, incitando as modificações corporais como fórmulas de alcançar os ideais estéticos de brancura definidos pela eugenia. Dessa forma, as peças que compuseram o cenário estrutural do racismo no Brasil perpassam a configuração do desejo de atingir uma imagem polida, civilizada e racialmente pura da população, já que “ironicamente, a fé no branqueamento, ela própria baseada na premissa racista da superioridade da raça européia, tornou desnecessária uma eugenia extremada no Brasil” (Stepan, 2004: 380).

## CIRURGIAS PLÁSTICAS NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

**R**espondendo ao questionamento foucaultiano sobre as condições de possibilidade de surgimento de um discurso e não de outros, acreditamos que os enunciados recomendatórios sobre a cirurgia plástica em Elegância e Beleza sugerem a incitação ao aprimoramento racial de modo compatível com as estratégias de atuação do movimento eugenista no Brasil, principalmente pelo pensamento de Renato Kehl sobre a constituição de uma beleza eugênica capaz de desenvolver uma nação civilizada e desenvolvida.

Em 1923, o médico eugenista Renato Kehl lançou o livro *A cura da fealdade: eugenia e medicina social*, no qual defendeu os valores estéticos de aprimoramento racial por meio da apologia da arianização da população brasileira. E esse tratado tornou-se um marco que constitui o interesse da medicina social eugenista na formação de modelos corporais ideais e saudáveis.

A publicação de *A cura da fealdade* foi acompanhada por *Morfologia da mulher: a plástica feminina no Brasil*, de 1937, escrito pelo sexólogo eugenista Irajá Hernani, que almejava o aprimoramento da raça no Brasil por meio da adoção de ideais de beleza europeus.

As publicações da imprensa da década de 1940 sobre as cirurgias plásticas definiam os rumos de uma política do corpo feminino voltada ao ocultamento das fisionomias africanas e indígenas, compreendidas como degeneradas, feias e anormais, diante da apologia da branquitude como paradigma estético ideal. Nesse sentido, a emergência das recomendações de Elza Marzullo era amparada pela pujante expressão do movimento eugenista na região sudeste do país, lugares em que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se os epicentros da irradiação dos discursos e práticas racistas no território brasileiro. A imprensa, conseqüentemente, mobilizou a produção de discursos que alcançavam a população em diferentes camadas, promovendo assim a difusão dos valores morais eugenistas.

A arqueologia possível desse fenômeno nos mostra que a dispersão da ideologia de dominação racial branca e o projeto eugenista de aprimoramento da imagem da população brasileira encontram eco nas colunas de embelezamento, com o objetivo incitar o controle das fisionomias e aparências, destacando a apologia à branquitude como ideal a ser seguido e o ocultamento dos traços africanos e indígenas como um tratamento necessário para os males de uma alegada degeneração racial brasileira. No entanto, pregava-se um modo sutil de branqueamento que não tinha a intenção de parecer impositivo, mas completamente propositivo como modo de ascensão e reconhecimento social. Curava-se a anomalia racial por meio de estratégias de embelezamento que garantiam a formação de uma imagem socialmente aceita.

A questão do aprimoramento pessoal não pode ser dissociada de questões de miscigenação, hierarquia racial e eugenia. O mais revelador aspecto da análise é a internalização do racismo e de padrões de feminilidade pelos desejos de mudança corporal (sobretudo facial) revelado pelas mulheres em suas cartas. Embelezar não era melhorar apenas a si mesmas, mas também como um todo, colaborando com o trabalho de branqueamento da população brasileira. A metáfora da miscigenação, tão central para a identidade nacional brasileira (DaMatta 1986; Freyre, 1933), é entendida como o motor que uniu as diferentes populações do Brasil por meio do sexo. Este mito de origem, que os brasileiros têm sobre si mesmos no senso comum, vê a população nacional como uma mistura de populações europeias, ameríndias e africanas, retendo elementos de cada grupo originário, contudo, em última análise, produzindo uma nova identidade racial ideal: miscigenada em sua gênese, porém reconhecidamente branca em sua aparência.

Quando analisamos os enunciados presentes em *O Cruzeiro*, vemos uma forte preferência pelo branqueamento como norma nacional de beleza. A ênfase na beleza funciona como uma metáfora para a brancura e as características faciais de origem europeia. Nesse sentido, trabalha-se numa definição de feminilidade baseada em formas físicas da branquitude. Numa sociedade racialmente estratificada, vigora de modo intenso um tipo bem específico de misoginia (uma afromisoginia): mulheres negras são frequentemente colocadas fora do padrão de feminilidade e de beleza feminina, como no famoso caso de Saartjie Baartman – conhecida como Vênus Hotentote, no século XIX (Hall, 2016; Ferreira e Hamlin, 2010).

Tidas como mais femininas, meigas, sutis, delicadas e bonitas são as mulheres brancas, excluindo de modo significativo a formação corporal de mulheres negras, indígenas e não-brancas. A proeminência da beleza e da aparência nas experiências do racismo cotidiano vivido e internalizado se dá não apenas na rejeição frequente da cor da pele preta como bela, mas também outras características, como textura do cabelo e largura do nariz, que são rotineiramente usadas para desvalorizar a negritude e privilegiar a branquitude como ideal estético nacional.

A beleza está intrinsecamente entrelaçada com a raça no Brasil, porque o belo não é simplesmente uma esfera de vida que reitera um preconceito racial já amplamente presente na sociedade. A beleza é antes um elemento central e constitutivo do racismo. Quando se leva em consideração a beleza, ou seja, a aparência aparentemente homogênea, equilibrada, agradável e desejável, a amplamente elogiada miscigenação brasileira, em discursos elogiosos à “democracia racial” (Braga, 2015), dá lugar a uma categorização diferenciada que valoriza determinados membros do corpo nacional como qualitativamente diferentes de outros de acordo com as hierarquias estéticas dominantes.

A beleza pode ser compreendida como tecnologia do biopoder, conforme (re)produz, segrega e classifica as populações dentro da esfera pública nacional – proporcionando a alguns brasileiros (sobretudo brasileiras, no nosso caso) mais valor do que outros de acordo com uma escala de características racializadas. A biopolítica do racismo embutida na beleza, por sua vez, nos permite compreender mais plenamente a noção do direito à beleza abraçada pelos cirurgiões plásticos no Brasil, já na década de 1940, o que permitiu a ampla expansão da cirurgia estética no sistema de saúde brasileiro décadas depois.

O crescimento e a popularização de cirurgias plásticas no Brasil têm sido interpretados como uma nova forma de opressão de gênero (Novaes, 2006), pois o consumo crescente de práticas corporais relacionadas ao status (Goldenberg e Ramos, 2002) e a produção de uma subjetividade moderna por meio da medicina do embelezamento e da mudança corporal (Edmonds, 2010) levam certas mulheres a se acharem mais mulheres e mais belas na medida

em que se submetem a determinadas intervenções estéticas. Embora todas essas análises da cirurgia plástica estejam parcialmente corretas, elas negligenciam a questão racial e rejeitam explicitamente uma leitura biopolítica da cirurgia plástica no Brasil.

Defendemos aqui que o crescimento da cirurgia plástica no Brasil depende de um regime biopolítico subjacente que produz beleza – a beleza das mulheres em particular – como medida do progresso da nação como um todo, longe da negritude e em direção a um corpo nacional mais branco e homogêneo. Considerando que as características faciais não brancas são constantemente desvalorizadas como inestéticas, feias, grossas ou vulgares e são passíveis de correção cirúrgica, há uma hierarquia racial embutida em concepções de beleza. A cirurgia plástica deve ser entendida como a extensão das preocupações eugênicas que datam do início do século XX, no Brasil, e que possuem reminiscências na contemporaneidade.

## AGRADECIMENTOS

**A**gradecemos à Paula Sibilia, João Freire Filho, Isaltina Gomes e Ana Paula Goulart Ribeiro pelos comentários realizados na banca da Tese de Doutorado de Julio Cesar Sanches, na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cujas contribuições ensejaram no desdobramento da pesquisa compartilhada neste trabalho.

**Contribuição dos autores:** Julio Cesar Sanches contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; coleta de material empírico; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; revisão de texto; redação do manuscrito. Igor Sacramento contribuiu com o desenvolvimento da discussão teórica; revisão de texto; redação do manuscrito e revisão em língua estrangeira.

## NOTAS

- 1 *O Cruzeiro*, 24 maio 1941, p. 58.
- 2 *O Cruzeiro*, 18 mar. 1944, p. 73.
- 3 *O Cruzeiro*, 8 fev. 1947, p. 73.
- 4 *O Cruzeiro*, 29 dez. 1945, p. 93.
- 5 *O Cruzeiro*, 2 mar. 1946, p. 69.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. M. *Madames e mocinhas em revista: corpo, gênero e moda em A Cigarra (1940-1955)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.
- BARBOSA, M. Mundo do jornalismo e história do tempo presente. *Media e Jornalismo*, v. 21, p. 101-116, 2021.
- BARBOSA, M. Uma história da comunicação (e do jornalismo): pressupostos teóricos e metodológicos. *Palavra Chave*, v. 22, p. 1-24, 2019.
- BRAGA, A. B. *História da beleza negra no Brasil: discurso, corpos e práticas*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2015.
- CHARAUDEAU, P. "Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática". *Revista Diadorim*. v. 10, p. 1-23, 2011.
- DAMATTA, R. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- DARNTON, R. *O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986
- EDMONDS, A. *Pretty Modern: Beauty, Sex, and Plastic Surgery in Brazil*. Durham: Duke University Press, 2010.
- FERREIRA, J; HAMLIN, C. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. *Revista Estudos Feministas*. v. 18, n. 3, p. 811-836, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300010>
- FLORES, M. B. R. A política da beleza: nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização brasileira. *Diálogos Latianomericanos*, n. 1, p. 88-109, 2000.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FOUCAULT, M. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREYRE, G. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- GINZBURG, C. Our Words, and Theirs: A Reflection on the Historian's Craft, Today. In: FELLMAN, S.; RAHIKAINEN, M. (org.). *Historical Knowledge: In Quest of Theory, Method, and Evidence*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2012.
- GOLDENBERG, M.; RAMOS, M. S. A civilização das formas: o corpo como valor. In: GOLDENBERG, M. (org.). *Nu & Vestido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

- HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.
- JARRIN, A. E. Os novos arquitetos da miscigenação: o legado eugênico na na cirurgia plástica brasileira. *Revista Magistro*, v. 1, n. 1, p. 64-74, 2011.
- KEHL, R. *A cura da fealdade: Eugenia e Medicina Social*. São Paulo: Monteiro Lobato & Co., 1923.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cabogó, 2019.
- MARQUES, V. R. B. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NOVAES, J. *O intolerável peso da feiura: sobre as mulheres e seus corpos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- O CRUZEIRO. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1983. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o>. Acesso: 17 ago. 2022.
- RIBEIRO, A. P. G.; HERSCHMANN, M. História da comunicação no Brasil: um campo em construção. In: RIBEIRO, A. P. G.; HERSCHMANN, M. (org.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- RICCEUR, P. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papyrus, 1997. t. 3.
- SANCHES, J. C. *Convocações biopolíticas e imperativos da boa forma: corpo, saúde e mídia no Brasil (1930-2000)*. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- SANT'ANNA, D. B. Cuidados de si e embelezamento feminino: fragmentos para uma história do corpo no Brasil. In: SANT'ANNA, D. B. (org.). *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- SERPA, L. *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)*. Passo Fundo, RS: UPF, 2003.
- STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., ARMUS, D. (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.
- TAGUIEFF, P. *La Force du préjugé: essai sur le racisme et ses doublés*. Paris: La Découverte, 1987.